

continuação

Comprometimento de sistemas e serviços	Mecanismos causais dos determinantes da saúde	Efeitos sobre a saúde humana
Fator econômico/ financeiro	<p>Perdas econômicas e de bens materiais.</p> <p>Migração populacional em busca de fontes alternativas de água, alimentos, moradia, emprego.</p> <p>Deslocamento do cônjuge para áreas mais distantes em busca de emprego ou nova renda para suprir as necessidades da família.</p>	<p>Transtornos psicológicos (como ansiedade, estresse e depressão) e mudanças comportamentais (como agressividade e suicídio, podendo gerar problemas secundários, a exemplo de violência física).</p>
Serviços de saúde	<p>Risco de interrupção da assistência de saúde, podendo piorar ainda mais as condições de saúde da população afetada.</p> <p>Risco de danificar o suprimento de energia, prejudicando o uso de equipamentos médicos e a refrigeração de medicamentos e vacinas.</p>	<p>Doenças infecciosas.</p> <p>Interrupção dos serviços de saúde.</p> <p>Perda de vacinas e medicamentos.</p>

Fonte: Adaptado de CDC, 2010; PATZ et al., 2012.

No Anexo A são apresentadas as principais ações que devem ser desenvolvidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), em suas três esferas de gestão, em situações de emergência em saúde pública (ESP) por seca e estiagem.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: THIAGO VACELLI MARTINS. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original
acesse <http://e-processo.ice.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-WNLL5-39NO-5852-APGX

3 GESTÃO DO RISCO EM EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA POR SECA E ESTIAGEM

A atuação da Vigilância em Saúde na resposta à emergência em saúde pública por seca e estiagem é baseada na gestão do risco de desastre. A gestão do risco é o conjunto de decisões administrativas, organizacionais e operacionais desenvolvidas pelos órgãos governamentais e não governamentais, em parceria com a sociedade, para a implementação de políticas e estratégias que objetivem o fortalecimento de suas capacidades para a prevenção e a redução do impacto das ESP. A gestão do risco compreende ações de redução da ameaça (prevenção, mitigação e preparação), manejo da emergência (alerta e resposta) e recuperação (reabilitação). No caso de desastres frente às situações de seca e estiagem, é importante que as ações sejam avaliadas e adaptadas, quando possível, para evitar riscos futuros (CEPREDENAC; PNUD, 2003; NARVÁEZ; LAVELL; ORTEGA, 2009; UNITED NATIONS, 2009). No *Anexo B* é apresentado um quadro explicativo com as etapas e fases da gestão do risco.

A gestão do risco para ESP é uma competência de caráter multissetorial e contínuo que requer a articulação horizontal e transversal no âmbito do SUS (em parceria com outros atores) e, para ESP por seca e estiagem, em especial, com órgãos da defesa civil e de recursos hídricos. O Plano de Contingência para Seca e Estiagem se insere nestas ações de gestão do risco, enquanto objeto para o planejamento das ações da Secretaria de Vigilância em Saúde, na etapa de manejo da ESP (alerta e resposta). O desenvolvimento de todas as ações relacionadas à gestão do risco permite a atuação oportuna do setor Saúde no enfrentamento a este tipo de emergência.

No processo de gestão do risco, é prioritário o fortalecimento da capacidade de atuação da esfera local, enquanto primeiro nível de resposta. No entanto, poderá ser solicitado apoio às esferas estadual e federal quando a capacidade de resposta local for superada. Sendo assim, é competência da SVS/MS, no papel de representante da esfera federal do SUS, subsidiar os municípios e estados com capacitação, orientação e assessoria para a gestão do risco frente às situações de seca e estiagem. Portanto, a esfera federal do SUS tem como papel o desenvolvimento de medidas de planejamento, gerenciamento, monitoramento e avaliação das ações de saúde, de modo a apoiar os estados e municípios, em caráter complementar, nas medidas de alerta e resposta às ESP por seca e estiagem.

3.1 Premissas para a execução do Plano de Contingência para a Seca e Estiagem

- Manter uma relação atualizada de contatos dos profissionais das coordenações da SVS com responsabilidades na implementação do Plano de Contingência (*Anexo C*).
- Desenvolver e manter atualizados protocolos e procedimentos operacionais necessários para a realização das ações para o manejo de alerta e resposta.
- Firmar convênios e termos de cooperação necessários para a implementação do plano.
- Identificar e suprir as necessidades de comunicação para a realização das ações do plano.
- Identificar recursos adicionais para a realização das ações atribuídas à SVS na implementação do plano.
- Prover meios para a garantia da continuidade das ações, incluindo o revezamento dos responsáveis por posições-chave.
- Identificar e prover medidas de segurança para os profissionais designados para a realização das tarefas na implementação do plano.

3.2 Monitoramento, alerta e resposta

A etapa de Manejo do Desastre, no processo de gestão do risco, envolve ações de monitoramento, alerta e resposta. O monitoramento dos riscos associados à ESP por seca e estiagem deve ser uma atividade contínua da Vigilância em Saúde, que perpassa as fases de alerta e resposta.

O monitoramento dos riscos permite a detecção oportuna da ocorrência de eventos que possam evoluir para uma ESP, possibilitando assim a emissão de alertas e a adoção de medidas necessárias para a proteção da saúde da população vulnerável.

O alerta de riscos para a saúde associados à seca e à estiagem, no âmbito do SUS, deve ser emitido para as coordenações da SVS com responsabilidades na gestão do risco de desastres por seca e estiagem e para as secretarias de saúde (estaduais e municipais) quando da iminência da ocorrência de eventos, identificados no monitoramento, que possam acarretar impactos significativos nos fatores determinantes e condicionantes da saúde.

A resposta às emergências em saúde pública por seca e estiagem envolve o desenvolvimento de ações específicas de atenção e vigilância em saúde para estas situações, objetivando a prevenção da ocorrência de doenças e agravos, a minimização dos riscos e a continuidade da prestação dos serviços de saúde.

As ações de Manejo do Desastre apresentadas neste documento contribuirão para o fortalecimento da capacidade de atuação da SVS em ESP por seca e estiagem.

3.3 Descrição da situação e cenário de risco

Para a resposta a uma emergência em saúde pública (ESP) por seca e estiagem, é primordial a definição do cenário de risco apresentado.

Sendo assim, ao se instalar o Centro de Operações de Emergências em Saúde (Coes), nos níveis I, II ou III, devem ser definidos a situação da ESP e o cenário de risco apresentado. Essas descrições subsidiarão a elaboração do Plano de Ação do Evento (PAE) no âmbito do Coes.

A seguir, é apresentado um modelo de formato para realizar a definição da situação do cenário de risco dado.

3.3.1 Cenário de risco

O quadro a seguir traz um exemplo dos principais pontos que devem ser identificados, de forma sucinta e objetiva, para a definição do cenário de risco.

Quadro 2 – Principais pontos que devem ser identificados para a definição do cenário de risco

Cenário de risco		
1.	Nome do risco	Falta de acesso à água com qualidade para consumo humano decorrente da situação de seca ou estiagem.
2.	Local	Identificação da área de risco do município.
3.	Descrição	Características do local.
4.	Resumo histórico	Principais ocorrências, as mais recentes, as mais relevantes, as doenças mais recorrentes decorrentes do risco apresentado.
5.	Fatores contribuintes	Comprometimento da água de superfície e subterrânea, falta de água ou acesso à água sem qualidade para consumo humano, baixa percepção de risco da comunidade.
6.	Perfil epidemiológico	Situação epidemiológica de doenças transmissíveis e outros agravos relacionados à seca (ex.: surtos de diarreia, dengue, infecções gastrointestinais, tracoma, desidratação).
7.	Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta	Dinâmica do desastre e possíveis sistemas de alerta.
8.	Resultados estimados	Danos ou prejuízos decorrentes do desastre associado à seca ou à estiagem.

Fonte: BRASIL, Ministério da Integração Nacional, PLANCON, 2014, adaptado.

3.4 Sistema de Monitoramento de Eventos em Saúde Pública (Sime)

O registro e o monitoramento de eventos de importância em saúde pública são realizados por meio do Sistema de Monitoramento de Eventos em Saúde Pública (Sime) <sime.saude.gov.br/>. A notificação e a atualização das informações de eventos em saúde pública são feitas pelas três esferas de gestão do SUS e monitoradas pelos Centros de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (Cievs) ou pela área equivalente, em todo o País.

Em caso de ESP por seca e estiagem, em situação que haja a ativação do Coes, as informações relevantes sobre a situação da ESP, bem como as ações desenvolvidas, devem ser enviadas para o *e-mail*: <vigidesastres@saude.gov.br>, que tem como responsabilidade atualizar os dados no Sime.

4 ESTRATÉGIA DO PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA SECA E ESTIAGEM

A partir do cenário de risco identificado serão implementadas atividades específicas classificadas em quatro níveis de resposta (0, I, II e III), que podem evoluir ou regredir durante o manejo da resposta. Os níveis de resposta são determinados de acordo com as condições e os pressupostos que caracterizam o cenário de risco previsto, seja pela evolução das informações monitoradas, pela ocorrência do evento ou, principalmente, pela dimensão do impacto. Para cada nível são definidos indicadores, bem como as atividades inerentes às coordenações da SVS, além de ações que devem ser articuladas com a Secretaria de Atenção à Saúde (SAS).

A Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental (CGVAM) tem a responsabilidade de acompanhar a situação dos indicadores, avaliando – com as demais coordenações da SVS – a necessidade de acionamento dos níveis de resposta previstos neste Plano de Contingência. Para tanto, informes técnicos contendo o monitoramento da situação do desastre serão elaborados semanalmente como rotina ou em outra frequência, a depender do nível de resposta. Estes informes deverão incluir informações sobre aspectos relevantes da ESP, tais como: (a) prognóstico da baixa precipitação de chuva; (b) acompanhamento dos alertas da Defesa Civil, acompanhamento de surtos de doenças de transmissão hídrica e alimentar e aumento de outros agravos em saúde; (c) número de pessoas deslocadas em decorrência das condições de seca e estiagem; e (d) vigilância da qualidade da água para consumo humano distribuída para a população por meio de soluções alternativas de abastecimento (ex.: caminhão-pipa). Os informes serão apresentados nas reuniões do Comitê de Monitoramento de Eventos (CME) da SVS para subsidiar a tomada de decisão.

Na aplicação do Plano de Contingência para Seca e Estiagem serão realizadas atividades específicas que devem ser implementadas em quatro níveis:

Quadro 3 – Níveis de resposta para emergência em saúde pública por seca e estiagem

Nível Zero: Monitoramento de Eventos	A atividade da esfera federal se restringe ao monitoramento e à orientação técnica à distância.
Nível de Resposta I: Emergência Localizada	A esfera local necessita da mobilização de recursos adicionais e apoio complementar do estado. A esfera federal se restringe ao monitoramento e à orientação técnica à distância, bem como ao encaminhamento de insumos adicionais, quando solicitados.
Nível de Resposta II: Emergência Expandida	A capacidade de resposta da esfera estadual é excedida, sendo necessária a mobilização de recursos adicionais (materiais e humanos) e apoio complementar da esfera federal.
Nível de Resposta III: Emergência Nacional	A emergência em saúde pública envolve mais de um estado, excedendo a capacidade de resposta das esferas municipal e estadual. São necessários a mobilização de recursos adicionais e o apoio complementar da esfera federal, assim como o acionamento de instituições parceiras, podendo culminar na declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin).

Fonte: CGVAM/OSAST/SVS/MS.

4.1 Níveis de resposta

4.1.1 Nível Zero: Monitoramento de Eventos

Indicadores de monitoramento da emergência: Neste nível de emergência, a esfera federal se restringe ao monitoramento do evento e à orientação técnica à distância. Serão monitorados, durante a vigência da emergência, os alertas da Defesa Civil, o prognóstico da baixa precipitação de chuva e a ocorrência de surtos de doenças. Além disso, será realizada a captura de rumores na mídia.

■ Vigilância em Saúde

Ações

- Realizar a busca ativa de informações no Cenad/Sedec, no CPTEC/ Inpe, no Inmet/Mapa, no Cievs, nas secretarias de saúde e a partir de rumores da mídia.
- Monitorar alertas emitidos pelo Cenad/Sedec e o prognóstico da precipitação de chuva.
- Garantir a manutenção do fluxo de informação sobre o monitoramento de alerta de risco de seca e estiagem, por meio da elaboração de boletim informativo semanal, acerca dos estados que possuem municípios com risco ou em situação de seca.
- Encaminhar alertas para as secretarias estaduais de saúde (SES) que possuem municípios com risco de ocorrência de seca e estiagem.

- Articular com as SES o desenvolvimento de ações previstas nas matrizes de responsabilidade⁴ do *Guia de Preparação e Resposta do Setor Saúde para Seca e Estiagem: Subsídios para Atuação do Sistema Único de Saúde*.
- Manter escala de plantão para acionamento, quando necessário, dos próximos níveis de resposta.
- Manter atualizada a Lista de Contatos dos Departamentos e das Coordenações da SVS (*Anexo C*) e de Instituições Parceiras (*Anexo D*) envolvidas na resposta a ESP por Seca e Estiagem.
- Manter atualizada lista de especialistas para composição do Grupo Técnico Assessor ao Coes (*Anexo E*).

■ Comunicação e Publicidade

Ações

- Divulgar para as SES e para as secretarias municipais de saúde (SMS) o material educativo (cartilhas, pôsteres e *spot* de rádio) para reprodução local e uso em situações de emergência em saúde pública por seca e estiagem.
- Divulgar materiais educativos (cartilhas e pôsteres) no sítio eletrônico do Ministério da Saúde.
- Divulgar, no âmbito da SVS, boletim informativo de monitoramento de alerta de risco de seca e estiagem ou de alerta para os surtos de doenças decorrentes das condições de seca.

■ Gestão

Ações

- Definir estratégia de educação em saúde e capacitação para os profissionais das SES com base no diagnóstico situacional da implementação da Vigilância em Saúde dos Riscos Associados a Desastres.
- Realizar cursos de aperfeiçoamento para capacitação de profissionais de saúde para resposta à ESP por seca e estiagem.
- Promover educação continuada em saúde para profissionais do SUS.
- Divulgar subsídios técnicos (notas informativas, pareceres, guias) para a atuação do Sistema Único de Saúde em ESP por seca e estiagem.
- Articular a manutenção de estoque de medicamentos e insumos estratégicos para o atendimento às ocorrências de doenças e agravos decorrentes das condições de seca e estiagem.

⁴ As matrizes de responsabilidades devem ser organizadas para proporcionar a visualização do cenário, dos órgãos e dos setores envolvidos na atuação, das ações que devem ser desenvolvidas na respectiva etapa de gestão do risco (resposta), bem como proporcionar a visualização de qual é a atribuição de cada ator envolvido no desenvolvimento da ação (coordenador, responsável ou apoio).

- Articular com a Força Nacional do SUS (FN-SUS) a preparação para a resposta à ESP por seca e estiagem, alinhando as estratégias de resposta.

4.1.2 Nível de Resposta I: Emergência Localizada

Indicadores de monitoramento da emergência: Neste nível de emergência, a esfera federal se restringe ao monitoramento e à orientação técnica à distância, bem como ao encaminhamento de insumos básicos, quando solicitados. Serão monitorados durante a vigência da emergência os alertas do Cenad/Sedec, o prognóstico da média de precipitação de chuva e os indicadores epidemiológicos de incidência⁵ para doenças transmissíveis e outros agravos que podem estar relacionados à seca e à estiagem.

■ Vigilância em Saúde

Ações

- Articular com a vigilância em saúde da SES atividades para o acompanhamento das ações desenvolvidas, considerando a matriz de responsabilidade.
- Verificar nas SES a capacidade de assistência farmacêutica básica e a saúde da população afetada pelas condições de seca e estiagem.
- Monitorar a situação epidemiológica de doenças transmissíveis e outros agravos relacionados à seca e à estiagem (doenças diarreicas agudas – DDA, hepatites A e E, cólera, tracoma, geohelmintíase, infecções gastrointestinais, asma, dermatite, desnutrição).
- Monitorar alertas emitidos pelo Cenad/Sedec e o prognóstico da média de precipitação de chuva.
- Intensificar alerta para a SES sobre os eventos em monitoramento.
- Elaborar boletim informativo semanal sobre a situação da emergência e as ações desenvolvidas nas três esferas de gestão do SUS.
- Orientar a SES na avaliação das necessidades de saúde, incluindo a notificação do evento no Sime.
- Atualizar os dados da ESP por seca e estiagem no Sime.
- Articular com a SES as ações de saúde voltadas para a população atingida (ex.: orientação e educação em saúde sobre cuidados com a água para consumo humano).
- Articular com a SES o monitoramento das ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano, em especial a água distribuída por fontes alternativas de abastecimento, como caminhões-pipa, cisternas, entre outras.

⁵ A incidência mede o número de casos novos de uma doença e os episódios ou os eventos na população em um período definido de tempo (dia, semana, mês, ano).

■ Assistência

Ações

- Fazer a busca ativa de casos de pessoas em situação de maior vulnerabilidade (idosos, crianças, gestantes, portadores de necessidades especiais etc.).
- Articular com a SES atividades para verificar a necessidade de apoio complementar na assistência à saúde local.

■ Comunicação e Publicidade

Ações

- Articular com a SES a distribuição de materiais educativos (cartilhas, pôsteres e *spot* de rádio) para a população e os profissionais de saúde.
- Divulgar no âmbito da SVS boletins informativos sobre os eventos em monitoramento.
- Divulgar boletins informativos sobre a emergência.
- Subsidiar o atendimento às demandas de imprensa, quando necessário.

■ Gestão

Ações

- Intensificar a articulação com as SES para o desenvolvimento das ações de saúde estabelecidas no *Plano de Contingência Estadual para Seca e Estiagem*.
- Articular com o Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF) o envio de medicamentos e insumos estratégicos para a SES, se necessário.
- Apresentar a situação da emergência em saúde pública nas reuniões do CME.

4.1.3 Nível de Resposta II: Emergência Expandida

Indicadores de monitoramento de emergência: Neste nível de emergência, a capacidade de resposta da esfera estadual é excedida, sendo necessária a mobilização de recursos adicionais (materiais e humanos), bem como apoio complementar da esfera federal. Serão monitorados durante a vigência da emergência: alertas do Cenad/Sedec, o prognóstico da média de precipitação de chuva, os indicadores epidemiológicos de incidência para doenças transmissíveis e outros agravos (DDA, hepatites A e E, cólera, infecções

gastrointestinais, tracoma, geohelmintíase, asma, dermatite, depressão), bem como dados de mortalidade.

■ Vigilância em Saúde

Ações

- Identificar na SES a necessidade de envio de recursos adicionais (materiais e humanos).
- Orientar a SES na avaliação das necessidades de saúde, incluindo a notificação do evento no Sime.
- Intensificar as atividades de vigilância epidemiológica de doenças transmissíveis e outras doenças e agravos relacionados à seca e à estiagem com o aparecimento de sintomas a médio prazo, até o restabelecimento da normalidade.
- Monitorar alertas emitidos pelo Cenad/Sedec e o prognóstico da média de precipitação de chuva.
- Elaborar boletim informativo a cada 48 horas sobre a situação da emergência e sobre ações desenvolvidas nas três esferas de gestão do SUS.
- Subsidiar tecnicamente o Coes acerca da situação de emergência em saúde pública por seca e estiagem (previsão da extensão do evento, necessidades de saúde etc.).
- Avaliar a necessidade de envio de missão exploratória da FN-SUS e da equipe de resposta à ESP da Vigilância em Saúde.
- Acionar o Protocolo de Ações do MD/MI/MS para o desenvolvimento das ações previstas.
- Acionar as instituições parceiras para oferecer suporte à SES.
- Acompanhar e avaliar com a SES as ações em desenvolvimento, considerando a matriz de responsabilidade.
- Monitorar com a SES o desenvolvimento das ações de saúde para o atendimento à população afetada.
- Atualizar os dados da ESP por seca e estiagem no Sime.

■ Assistência

Ações

- Articular com a SAS a emissão de alerta aos profissionais de saúde quanto à ocorrência de doenças relacionadas à seca e à estiagem.
- Estabelecer um fluxo de informação para discussão das necessidades de assistência local: (a) reorganização da rede de atenção; (b) necessidade de infraestrutura e equipamentos; e (c) apoio especializado.
- Articular com a SAS (atenção básica, atenção especializada, urgência e emergência) o apoio complementar à SES e à SMS na assistência à saúde local, de acordo com a demanda apresentada.
- Articular com a SAS o apoio complementar à SES e à SMS no desenvolvimento de ações de atenção à saúde de grupos vulneráveis (idosos, crianças, gestantes, portadores de necessidades especiais).
- Articular com a SAS o apoio complementar à SES e à SMS no desenvolvimento de ações para atenção à saúde mental da população e dos profissionais envolvidos na resposta.

■ Comunicação e Publicidade

Ações

- Articular com a SES a distribuição de materiais educativos (cartilhas, pôsteres e *spot* de rádio) para a população e para os profissionais de saúde.
- Elaborar e divulgar notas informativas específicas, conforme a necessidade identificada.
- Divulgar boletins informativos sobre os eventos em monitoramento.
- Subsidiar o Coes com boletins informativos sobre a emergência.
- Subsidiar o Coes para o atendimento às demandas de imprensa, quando necessário.

■ Gestão

Ações

- Articular com os diretores e coordenadores da SVS estratégias de atuação para o atendimento oportuno à ESP.
- Articular o envio de recursos adicionais (materiais e humanos) para o atendimento à ESP.
- Acompanhar com a SES o desenvolvimento das ações de saúde estabelecidas no Plano de Contingência Estadual para Seca e Estiagem.
- Articular com a Coordenação da FN-SUS o envio de equipe de campo, quando necessário.

- Apresentar a situação da emergência em saúde pública nas reuniões do CME.
- Apoiar o Coes na resolução de conflitos e dificuldades encontradas na resposta à ESP.
- Apoiar o desenvolvimento das ações previstas no protocolo de ações do MD/MI/MS.

4.1.4 Nível de Resposta III: Emergência Nacional

Indicadores de monitoramento da emergência: Neste nível de emergência, há necessidade da mobilização de recursos adicionais e o apoio complementar da esfera federal, assim como o acionamento de instituições parceiras, podendo culminar na declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin). Serão monitorados, durante a vigência da emergência, alertas do Cenad/Sedec, o prognóstico da média de precipitação de chuva, os indicadores epidemiológicos de incidência para doenças transmissíveis e outros agravos (DDA, hepatites A e E, cólera, infecções gastrointestinais, tracoma, geohelmintíase, asma, dermatite, depressão), assim como os dados de mortalidade.

■ Vigilância em Saúde

Ações

- Enviar equipe de resposta à ESP da Vigilância em Saúde para avaliar o cenário da ESP e dimensionar os recursos adicionais (materiais e humanos) necessários no âmbito do setor Saúde.
- Dimensionar os recursos com base no tipo de apoio, na finalidade do pedido e no prazo para cumprimento da solicitação formulada pelo Cenad/MI no âmbito do Protocolo de Ações do MD/MI/MS.
- Articular com a SAS o envio de recursos da FN-SUS.
- Subsidiar o Coes na elaboração do Plano de Ação do Evento (PAE).
- Articular com instituições parceiras o desenvolvimento das ações necessárias.
- Intensificar as atividades de vigilância epidemiológica de doenças transmissíveis e outros agravos, em caráter de urgência, como também de doenças e agravos relacionados à seca, com o aparecimento de sintomas a longo prazo, até o restabelecimento da normalidade.
- Manter contato diário com a SES para o acompanhamento da evolução e da resposta à ESP, considerando a matriz de responsabilidade.
- Elaborar boletim informativo diário sobre a situação da emergência e sobre as ações desenvolvidas nas três esferas de gestão do SUS.

- Subsidiar tecnicamente o Coes acerca da situação da emergência em saúde pública por seca e estiagem.
- Atualizar os dados da ESP por seca e estiagem no Sime.
- Monitorar com a SES o desenvolvimento das ações de saúde para o atendimento à população afetada.
- Orientar a SES na avaliação de danos e necessidades de saúde, incluindo a notificação do evento no Sime.

■ Assistência

Ações

- Estabelecer um fluxo de informação para discussão das necessidades de assistência local: reorganização da rede de atenção; necessidade de infraestrutura e equipamentos; apoio especializado.
- Articular com a SAS (atenção básica, urgência e emergência) o apoio complementar à SES e à SMS na assistência à saúde local, de acordo com a demanda apresentada.
- Articular com a SAS o apoio complementar no desenvolvimento de ações de atenção à saúde dos grupos vulneráveis (idoso, criança, gestantes, portadores de necessidades especiais).
- Articular com a SAS o apoio complementar no desenvolvimento de ações para a atenção à saúde mental da população e dos profissionais envolvidos na resposta.

■ Comunicação e Publicidade

Ações

- Articular, com a SES, atividades para a distribuição de materiais educativos (cartilhas, pôsteres e *spot* de rádio) para a população e os profissionais de saúde.
- Elaborar e divulgar notas informativas, conforme a necessidade identificada.
- Subsidiar o Coes com boletins informativos sobre a emergência.
- Subsidiar o Coes para o atendimento às demandas de imprensa, quando necessário.